

Conselho pode ter o nome de Jefferson Péres

Comissão de Educação aprovou projeto que dá ao Conselho de Ética da Casa o nome do senador Jefferson Péres. **5**



Integrantes da Comissão de Educação também aprovaram voto de louvor à judoca brasileira Ketleyn Quadros, medalha de bronze nas Olimpíadas de Pequim

Rondônia vive euforia com usinas, diz Raupp

Valdir Raupp disse que Rondônia já vive a euforia de investimentos. O senador festejou a licença para a Usina de Santo Antônio e a assinatura do contrato de concessão da Usina de Jirau. **8**

Mozarildo exalta papel do advogado

Mozarildo Cavalcanti destacou a importância da carreira jurídica para a democracia, que, disse, passa por momento delicado no Brasil. Ele lembrou os ataques de setores do Executivo ao Judiciário. **8**

Licitação deve excluir empresas suspeitas

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que as empresas que oferecem mão-de-obra terceirizada à Casa e são suspeitas de irregularidades devem ficar de fora da licitação que substituirá os contratos em vigor. **2**

Plenário aprova nova estrutura para ferrovias

Projeto amplia a Ferrovia Norte-Sul, cria nova configuração para a ligação com o Oceano Pacífico e perspectiva de implantação de sistemas de trens de alta velocidade



Plenário vota depois de ampla discussão e de haver comemorado os 20 anos da Escola Nacional de Administração Pública

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que amplia a Ferrovia Norte-Sul até a cidade paulista de Panorama e prevê a implantação de trens de alta velocidade entre as cidades brasileiras mais populosas. A proposta, aprovada em forma de projeto de lei de conversão, também transforma em empresa pública a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., que vai gerir, entre outras estradas, a EF-354, prevista para ligar o litoral norte fluminense e a fronteira com o Peru, num total de 4,4 mil quilômetros. A medida provisória só foi acolhida após longo debate por cerca de 20 senadores. A matéria foi relatada pelo senador Valdir Raupp. **3**

Governo pode ser obrigado a priorizar compra de papel reciclado

A determinação consta de projeto aprovado pela Comissão de Meio Ambiente e que precisa ainda ser examinado pela CCJ. A edição semanal do **Jornal do Senado** também será impressa em papel reciclado a partir do dia 25. **8**



Lidiane do Nascimento Foo é ouvida por Magno Malta (C) e Demostenes Torres, presidente e relator da CPI que investiga casos de pedofilia

Mulher confirma que levava meninas a procurador de Roraima

Lidiane do Nascimento Foo afirmou ontem à CPI da Pedofilia que levava meninas entre 12 e 17 anos para programas com o então procurador-geral de Roraima Luciano Queiroz. Ela própria, disse, foi vítima de pedofilia. **4**

Garibaldi explica que relatório de Tuma, corregedor do Senado, apontará se há ou não necessidade de uma investigação interna dos contratos de terceirização de serviços



Lula (E), Garibaldi, Juniti Saito e Nelson Jobim em solenidade de apresentação de oficiais gerais ao presidente da República

Empresa suspeita não deve participar de nova licitação

AS EMPRESAS QUE respondem a processo judicial por suspeita de irregularidades na prestação de serviços terceirizados à Casa não devem participar da nova licitação que substituirá os contratos em vigor, opinou o presidente do Senado, Garibaldi Alves.

O senador fez a afirmação ontem, pouco depois de chegar do Palácio do Planalto, onde, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participou de solenidade de apresentação de novos oficiais gerais.

Garibaldi explicou que estão

sendo levantados pareceres e jurisprudências a fim de evitar que as empresas acusadas de irregularidades participem da nova licitação.

O presidente do Senado disse que, no momento, ainda não está sendo realizada uma investigação interna a respeito desses contratos.

– O senador Romeu Tuma [corregedor do Senado] ficou de apresentar um relatório sobre as investigações que foram realizadas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal. Se essas investigações demandarem uma

nova investigação, interna, nós vamos fazer. Se Tuma, no seu relatório, concluir que essa investigação basta, isso tudo nós vamos apreciar – explicou.

Garibaldi ressaltou também que seu chefe de gabinete, Florian Madruga, está conduzindo iniciativas para a realização da nova licitação e já promoveu uma primeira reunião a esse respeito. O presidente do Senado reiterou que sua preocupação é que essas empresas não disputem a nova licitação, a fim de não frustrar as providências por ele tomadas.

Arns lamenta veto presidencial a projeto sobre visão monocular

Flávio Arns (PT-PR) contestou em Plenário os argumentos utilizados pela Presidência da República para vetar integralmente projeto que considerava deficientes as pessoas com visão monocular, ou seja, com capacidade visual em apenas um olho. Caso a proposta tivesse se transformado em lei, essas pessoas fariam jus a políticas afirmativas por parte do poder público. A matéria foi relatada no Senado por Arns e cabe agora aos deputados e senadores, em reunião

do Congresso, examinar o veto, podendo rejeitá-lo.

Na mensagem ao Congresso Nacional, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sustenta, recorrendo a critérios de classificação internacional, que o projeto poderia criar distorções nas ações afirmativas, “prejudicando pessoas com outras deficiências”.

Flávio Arns lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu a visão monocular como deficiência. O represen-



Flávio Arns lembra que STF já garante direito aos portadores da deficiência

tante paranaense ponderou que o presidente da República perdeu a oportunidade de se antecipar e aprovar um direito que “certamente será assegurado no futuro”.

Angela Brandão canta e homenageia Bossa Nova

A cantora Angela Brandão já foi apelidada pela imprensa de “Noel Rosa de saias”. Foi com essa credencial que ela se apresentou na noite de ontem no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis, para uma homenagem aos 50 anos da Bossa Nova, dentro da programação do Ano Cultural do Senado Artur da Tavola.

A cantora, que se fez acompanhar pelo

violonista e compositor André de Moraes, no violão com oito cordas, e pelo pianista Jeffer-

son Alves, abriu o show com a música *Você e eu*, de Carlos Lyra e Vinícius de Moraes, a quem

Angela se refere como “dois grandes craques”. Um ponto alto do apresentação foi a música *Retrato em branco e preto*, de Chico Buarque e Tom Jobim, em que a intérprete cantou com alma e expressividade musical.

Angela Brandão é jornalista e servidora do Senado Federal.



Angela Brandão já foi chamada de “Noel Rosa de saias” pela mídia

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trançada por projetos de lei de conversão.



Presidência

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, recebe, às 11h, a medalha Defesa Civil Nacional, do secretário da Defesa Civil, Roberto Costa Guimarães, no salão Nobre do Clube do Exército; às 14h recebe a secretária da Receita Federal, Lina Vieira; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CCJ vota pena maior para crimes de trânsito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se, às 10h, para analisar 17 itens, entre eles o projeto que aumenta as penas para os motoristas responsáveis por mortes em acidentes de trânsito. Na primeira parte da reunião, a comissão avalia a indicação de Benedito Gonçalves para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Proteção à criança na CDH

Substituto ao projeto que cria a Agência Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente e outras 12 matérias serão votados hoje na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 9h.

CCT avalia política nacional de abastecimento

Em reunião marcada para as 8h45, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) deve votar 25 matérias, 21 das quais tratam de outorga ou renovação de concessões, per-

missões e autorizações para o funcionamento de emissoras de radiodifusão.

Entre os projetos de lei, será analisado o que cria a Política Nacional de Abastecimento (PNA).

Capacitação de pessoas com deficiência

Às 9h30, a Subcomissão das Pessoas com Deficiência, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), vota requerimento de audiência pública para debater a capacitação para o trabalho e as condições de empregabilidade da pessoa com deficiência. Às 11h, a CAS analisa nove itens. Entre os projetos

em pauta, encontra-se o que trata da criação do Serviço Social da Saúde e do Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde. Também deverá ser apreciado substitutivo a dois projetos que garantem ao trabalhador o direito de escolher o estabelecimento bancário em que deseja receber sua remuneração.

Biodiesel na matriz energética

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa, às 10h30, dez itens em pauta. Entre eles, dois projetos que tratam da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.

CMO analisa prestações de contas

Relatórios com prestação de contas de diversos órgãos da administração pública estão entre as matérias que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) analisa às 14h30. A reunião será excepcionalmente realizada no Plenário 4 da Câmara.

Saúde do trabalhador e Bossa Nova

Palestras sobre assédio moral no serviço, lesão por esforço repetitivo e riscos ocupacionais, com apresentações dos médicos Verônica Lopes Nascimento e José Saraiva Monteiro e da enfermeira Rejane Soares, da Secretaria de Assistência Médica do Senado (Sams), serão realizadas na gráfica do Senado às 10h, 16h e 18h. Às 19h, no auditório do Interlegis, apresentação do músico Toninho de Paula, na série dedicada aos 50 anos da Bossa Nova, dentro da programação do Ano Cultural Artur da Tavola.

Paim anuncia campanha para forçar votação de reajuste a aposentado



Proposta está pronta para ser incluída na ordem do dia da Câmara, segundo Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou ontem que, a partir de 7 de outubro, os membros da Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas pedirão votação nominal em todas as matérias que tramitam na Casa para forçar a votação, na Câmara dos Deputados, de dois projetos que interessam aos aposentados.

A votação nominal, mais demorada, pode ser substituída pelo voto dos líderes partidários quando toda a bancada tem a mesma posição sobre determinada matéria.

A decisão, informou Paim, foi tomada ontem durante reunião em que também ficou decidido que, se o movimento não alcançar os resultados esperados, os parlamentares farão uma vigília, além de

caminhada até o Palácio do Planalto para cobrar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que assegure a votação e sanção dos projetos.

Paim refere-se ao projeto (PLC 42/07) que estende a todas as aposentadorias e pensões o mesmo reajuste dado ao salário mínimo, e ao projeto (PLS 296/03) que extingue o fator previdenciário do cálculo das aposentadorias.

Segundo o petista, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) propôs aos parlamentares que se dirigissem a todas as entidades de aposentados e pensionistas incentivando campanha por meio de mensagens eletrônicas, cartas e telegramas para pressionar o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), a colocar as matérias em votação.

Paim chamou ainda a atenção para o projeto (PLS 488/03), em tramitação na Câmara, que institui o vale-hospedagem. O benefício, a ser fornecido pelo empregador, seria usado pelo trabalhador em hospedagem e alimentação durante viagens na baixa estação.

O senador referiu-se ainda ao movimento da indústria de móveis que conseguiu incluir na Medida Provisória (MP) 428/08 emenda que reduz de 10% para 5% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre móveis de metal, plástico, bambu e ratã.

Casagrande quer uso dos recursos de novas jazidas em ações estratégicas



Casagrande: novos poços de petróleo exigem mudança no marco regulatório

Renato Casagrande (PSB-ES) disse ontem que uma nova realidade na exploração de petróleo no Brasil, a partir das descobertas das jazidas na camada pré-sal oceânica, vai exigir mudanças no marco regulatório do setor, como forma de beneficiar a população brasileira com a riqueza advinda da atividade petrolífera.

O senador ressaltou o início do processo de exploração do pré-sal no litoral capixaba, assinalando que no próximo dia 2 o presidente Lula deverá comparecer ao estado para comemorar oficialmente o começo das atividades. Casagrande defendeu a aplicação dos novos recursos oriundos da exploração

das jazidas do pré-sal em projetos estratégicos que favoreçam o crescimento do país.

– Sabemos que para ter mais qualidade na aplicação dos recursos vamos ter de mudar alguma coisa da lei – disse Casagrande, referindo-se ao marco regulatório do setor, a Lei 9.478/97, que quebrou o monopólio da Petrobras e estabeleceu o processo de licitação na participação de empresas privadas na exploração.

Ele lembrou que alguns defendem a criação de uma empresa 100% estatal para cuidar da exploração do pré-sal – tendo em vista que a Petrobras é uma empresa de economia mista –, enquanto outros sugerem aumento na cobrança dos royalties devidos pela atividade.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) disse que a renda dos novos ativos deve ser investida em “processos estruturantes” que tragam para a maioria da população “os bens que ela não alcançou ainda”. Já Magno Malta (PR-ES) defendeu a aplicação dos recursos em projetos que beneficiem a segurança pública. Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o dinheiro poderá favorecer a implantação futura de um programa de renda mínima para os brasileiros.

PLV, que voltará a ser apreciado pela Câmara dos Deputados, amplia e muda eixos ferroviários do país. Por sua vez, a Valec é transformada em empresa pública



Acordo permite votação de uma medida provisória, mas outras duas continuam a trancar a pauta de Plenário

Senado aprova projeto que amplia sistema ferroviário

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/08, que altera a estrutura ferroviária do país. O PLV, proveniente da MP 427/08, também transforma em empresa pública a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., à qual transfere a administração de algumas ferrovias. A proposta encerra ainda processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot).

O relator-revisor da matéria no Senado, Valdir Raupp (PMDB-RO), destacou, entre os pontos que considerou meritórios na proposta, a ampliação da Ferrovia Norte-Sul até a cidade de Panorama (SP); a estruturação de uma malha ferroviária de conexão com os portos de Santa Catarina; e a perspectiva de implantação de sistemas de trens de alta velocidade entre as cidades brasileiras mais populosas.

Raupp elogiou a escolha das novas ferrovias que passam a ser geridas pela Valec: a EF-167, que vai de Panorama a Porto Murinho (MS), num trajeto de 750 quilômetros; a EF-334, que liga Ilhéus (BA) a Alvorada (TO), totalizando 1,5 mil quilômetros; e a EF-354, entre o litoral norte fluminense e a fronteira com o Peru, percorrendo 4,4 mil quilômetros.

Configuração

O relator-revisor ressaltou, entre as alterações que procedeu, a nova configuração para a ligação com o oceano Pacífico. Por sua proposta, essa ligação teria um trecho

comum, saindo da fronteira com o Peru e passando pelos municípios de Cruzeiro do Sul (AC), Rio Branco, Vilhena (RO) e Lucas do Rio Verde (MT), onde sofreria uma bifurcação: uma rota se incorporaria à EF-334, rumo ao porto de Ilhéus; e a outra continuaria em direção ao litoral norte do estado do Rio de Janeiro.

Raupp alterou ainda o artigo 6º do PLV, que determinava a outorga das ferrovias, pelo Ministério dos Transportes, para a Valec. Com a alteração, o projeto atribui à empresa a construção, o uso e o gozo das citadas ferrovias.

Os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Heráclito Fortes (DEM-PI) posicionaram-se contra a proposta, por acreditarem que não sairão do papel. Para Heráclito, trata-se de “enganar os incautos”, enquanto Alvaro Dias disse que a iniciativa “não passa de encenação”. Lembrou que o governo federal investiu R\$ 39 bilhões em infra-estrutura nos últimos três anos, ao passo que gastou R\$ 577 bilhões no pagamento de juros e serviço da dívida.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) também se manifestou contrário à aprovação da matéria, não pelo mérito, mas por se tratar de medida provisória, cujo uso indiscriminado, em sua opinião, apequena o Congresso Nacional. Gim Argello (PTB-DF) apoiou a iniciativa de Valdir Raupp de

incluir Brasília no caminho da EF-354, enquanto Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aplaudiu a inclusão da cidade de Barcarena (PA) entre os municípios alcançados pela Ferrovia Norte-Sul.

Raupp desculpou-se por não acatar proposta de Alvaro Dias para votação em separado de emenda da Câmara dos Deputados que incorporava 74 ex-funcionários da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) – que foi incorporada em 1998 pela Rede Ferroviária Federal (RFFSA) – aos quadros da União. O senador justificou a decisão por não ter tido tempo

de negociar essa emenda, que sugeriu seja tema de nova proposta legislativa. Pápaléo Paes (PSDB-AP) lamentou o fato de esses trabalhadores não terem seus anseios contemplados pela medida

provisória.

Valter Pereira (PMDB-MS) disse lamentar o veto do governo a emenda por ele aprovada no Orçamento de 2007 para a continuação da ligação ferroviária entre Cascavel (PR) e Maracaju (MS) e a retomada da proposta pelo Palácio do Planalto por meio de medida provisória. Vários senadores foram favoráveis ao projeto.

Dois PLVs – alterando a legislação tributária federal e autorizando a União a participar do Fundo de Garantia para a Construção Naval (FGCN) – trancam a pauta de votações do Plenário.

Proposta tem apoio de vários senadores; opositoristas acham que ela não sairá do papel

CMO vota alterações no seu regulamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve votar hoje, às 14h30, a adequação de seu regulamento interno à Resolução nº 1/06 do Congresso, que consolidou as últimas grandes alterações nas regras usadas pelo colegiado para apreciar e modificar matérias orçamentá-

rias. Essa adequação facilitará a aplicação das regras adotadas pela resolução.

O relatório do deputado José Rocha (PR-BA), pela aprovação da matéria, propõe a criação do Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias na comissão; veda a apresentação

de emendas genéricas; e fixa prazo máximo de dez dias, após o período de apresentação de emendas aos projetos do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), para que o Comitê de Admissibilidade de Emendas

apresente seu relatório referente às emendas individuais e coletivas.

A comissão deve votar também aviso do Tribunal de Contas da União relativo a auditoria nas obras da BR-381/MG e a relatório sobre várias contas do governo federal.

Moradora de Boa Vista, que se encontra presa, relata para a CPI da Pedofilia sua atuação como aliciadora de crianças e adolescentes

Advogado nega ter alertado procurador sobre grampo

O advogado Aleksander Ladislau afirmou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia que conversa telefônica sua com o então procurador de Roraima Luciano Queiroz, grampeada pela Polícia Federal, era sobre a demarcação da área indígena Raposa Serra do Sol, e não sobre a rede de abuso de crianças e adolescentes do estado, como teriam noticiado órgãos da imprensa. A questão seria tratada no plenário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nos dias seguintes, afirmou.

A ligação de Ladislau para Queiroz foi interceptada pela Operação Arcaño, que, em junho de 2008, prendeu seis pessoas acusadas de pedofilia em Boa Vista, entre elas o próprio procurador.

A suspeita da CPI era de que Ladislau sabia que Queiroz estava sendo grampeado pela Operação Arcaño e que desejava alertar o procurador. Ladislau negou essa hipótese. Para ele, alegou, Queiroz estava sendo monitorado pela Polícia Federal sobre questões relativas à reserva Raposa Serra do Sol.

– Eu jamais imaginei que o procurador pudesse estar sendo investigado por pedofilia – afirmou o advogado.

Profissional

Ladislau afirmou que sua relação com o agora ex-procurador sempre foi apenas profissional. Ele contou que foi chamado pelo delegado da Polícia Federal para acompanhar a prisão do procurador, quando foi deflagrada a Operação Arcaño, na qualidade de representante da OAB.

De acordo com Ladislau, apenas naquele dia – 6 de junho de 2008 – ele teria trabalhado como advogado de Queiroz. Alegou ainda que só soube da acusação de pedofilia contra o procurador após chegar a sua residência, no momento da prisão. Depois disso, teria se recusado a continuar prestando assistência profissional.

O depoente aproveitou para criticar o uso – a seu ver excessivo – de grampos telefônicos no Brasil e criticou os órgãos da imprensa que o teriam envolvido em denúncias de pedofilia.



Demostenes (E), ao lado de Virgínio de Carvalho, anuncia que vai pedir proteção para Lidiane do Nascimento, que foi ameaçada de morte

Mulher confirma que levou menores a ex-procurador

A MORADORA DE Boa Vista Lidiane do Nascimento Foo, 25 anos, afirmou ontem aos senadores da CPI da Pedofilia que “levava meninas” entre 12 e 17 anos para terem encontros com o ex-procurador-geral de Roraima Luciano Queiroz e outros indiciados pela Operação Arcaño da Polícia Federal, que investigou denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes no estado. Lidiane disse que ela mesma, a partir dos 11 anos de idade, teve relacionamentos com o ex-procurador e com outros denunciados pela PF.

O presidente da comissão de inquérito, senador Magno Malta (PR-ES), anunciou que intercederá junto ao Ministério da Justiça para garantir que Lidiane seja resguardada pelo Programa de Proteção à Testemunha, da Secretaria de Direitos Humanos do ministério, pois, como ela mesma afirmou, já sofreu várias ameaças de morte, por parte inclusive do ex-procurador. Segundo Malta e o relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO), um dos presos pela PF foi solto ontem. Lidiane informou que o empresário José Queiroz da Silva, conhecido como Carola, também já fez ameaças contra ela.

Além de Lidiane e seu marido, Givanildo dos Santos Castro, a Operação Arcaño prendeu em junho deste ano o agora ex-procurador de Roraima Luciano Alves de Queiroz, os empresários José Queiroz da Silva e Valdivino Queiroz da Silva, o major da Polícia Militar Raimundo Ferreira Gomes (cunhado de Lidiane), Hebron Silva Vilhena e Jackson Ferreira do Nascimento (tio da

depoente) – todos acusados de integrar rede de pedofilia, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes em Boa Vista.

Antes do depoimento de Lidiane, Demostenes esclareceu que ela foi denunciada pelo Ministério Público e está presa por ser “uma das cafetinas que forneciam crianças e adolescentes para os demais acusados”. O relator esclareceu ainda que a depoente tinha o direito de permanecer calada e não responder às perguntas dos senadores. Mas, durante mais de uma hora de depoimento, Lidiane detalhou como funcionavam as atividades de abuso sexual, que envolviam consumo e tráfico de entorpecentes.

– Nunca fui agenciadora, cafetina ou traficante de drogas. Pra mim, isso não era crime, era meu mundo, eu vivia assim – disse Lidiane, acrescentando que era apenas usuária de drogas e que as meninas a procuravam e pediam para ela ligar para os acusados de abuso e promover os encontros.

Rotina

Lidiane revelou que começou a manter relacionamentos sexuais com maiores de idade quando tinha 11 anos e, aos 16, iniciou o consumo de drogas. Citou o nome de cerca de sete menores que, segundo assinalou, teriam se relacionado com o ex-procurador do estado Luciano Queiroz e com Carola. De acordo com Lidiane, o ex-procurador tinha encontros

freqüentes com menores, até “várias vezes por dia” em algumas ocasiões. Ela defendeu a inocência do marido e do cunhado quanto às acusações de abuso contra menores. Ainda conforme a depoente, Luciano Queiroz costumava passar de carro na frente de escolas e oferecer “R\$ 200, R\$ 300 ou R\$ 400” para meninas entrarem no veículo. Garantiu que não recebia dinheiro de Luciano com freqüência, mas que o ex-procurador, eventualmente, pagava seu aluguel, comprava gás para ela ou lhe dava algum dinheiro.

Sobre o outro convocado que também prestaria depoimento ontem, o advogado Silas Cabral, Lidiane afirmou que ele se ofereceu para defendê-la após ser presa pela PF, mas lhe pediu para “aliviar” o depoimento e isentar Luciano Queiroz, Carola e Valdivino. Magno Malta informou que Silas Cabral será reconvidado para depor na CPI.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lamentou o fato de o depoimento de Lidiane ter sido “um retrato do que ainda acontece com muitas outras meninas no Brasil”. Demostenes reforçou a necessidade de o Ministério da Justiça proteger Lidiane, que se beneficia da figura da delação premiada. Na opinião do relator, “a proteção pode chegar tarde” para Lidiane, pois uma pessoa já teria sido assassinada em Roraima por denunciar o esquema.

“Para mim, isso não era crime, era meu mundo, eu vivia assim”, diz Lidiane do Nascimento

Acusados se recusam a falar aos senadores

Quatro acusados de cometerem abuso sexual contra menores na cidade de Niquelândia (GO) ficaram calados ontem na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia. Os ex-secretários municipais Rusley Olegário Dias e Gláucio Almeida Soares; o ex-chefe de gabinete da prefeitura José Geraldo Pedroni e o ex-motorista, também da prefeitura, Anderson Rocha recusaram-se a prestar esclarecimentos ao colegiado usando o direito legal de permanecerem calados. Os quatro já foram condenados em primeira instância por abuso sexual contra menores, mas recorreram da decisão.

Requerimentos

A CPI da Pedofilia aprovou diversos requerimentos na tarde de ontem. Ficou decidido que amanhã e sexta-feira os senadores estarão em Niquelândia para ouvirem depoimentos de nove menores que sofreram abusos. Também serão ouvidos os acusados de terem cometido o crime.

Foram convocados ainda os representantes legais das empresas Oi/Telemar, Brasil Telecom, Telefônica, NET, GVT, Embratel e CTBC para prestarem esclarecimentos à CPI sobre informações de usuários da internet anteriormente solicitadas pela comissão.

A CPI aprovou também a convocação de seis acusados de prática de crimes sexuais contra menores nas cidades de Cariacica, Santa Maria de Jetibá e Cachoeiro do Itapemirim, todas no estado do Espírito Santo, e de seis testemunhas para auxiliarem os trabalhos da comissão.

Outro requerimento aprovado prevê a participação da CPI da Pedofilia no 3º Congresso Mundial de Enfretamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, a ser realizado de 25 a 28 de novembro na cidade do Rio de Janeiro.

CDH debate novas penas para crimes sexuais contra menores

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se hoje, às 9h, para analisar duas emendas a projeto de lei da CPI mista contra a Exploração Sexual (PLS 254/04) que torna crime o ato de fotografar ou filmar cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças ou adolescentes. As emendas, da Câmara dos Deputados, tornam crime os atos de portar ou

comprar essas imagens, além de definir como “corrupção de menores” os crimes contra crianças e adolescentes praticados por “quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet”. O relator da matéria, senador José Nery (PSOL-PA), defende a aprovação das duas emendas.



Relator das propostas, José Nery defende emendas da Câmara

Comissão analisa projetos para beneficiar deficientes visuais

Três projetos serão analisados hoje, às 9h, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

PLS 141/08 – Determina a inclusão de elemento que permita aos deficientes visuais identificar o valor das cédulas; PLS 144/08 – Isenta as máquinas de escrever em braile

do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

PLS 339/07 – Inclui a visão monocular no grupo das deficiências visuais.

Pode ser votada ainda proposta que altera o Estatuto do Idoso e projeto sobre empregos para pessoas com deficiência.

Proposta dá ao Conselho de Ética o nome de Jefferson Péres

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) prestou ontem homenagem ao senador Jefferson Péres, falecido no dia 23 de maio, ao aprovar terminativamente o Projeto de Resolução 27/08 que dá o seu nome ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. Apresentado pelo senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), o projeto foi acolhido por unanimidade. E a aprovação foi sucedida de aplausos dos senadores presentes, por iniciativa do relator da matéria, Pedro Simon (PMDB-RS). A proposta, para ser confirmada, ainda terá de ser votada na Comissão Diretora e no Plenário do Senado.

Pedro Simon admitiu que a decisão de dar o nome de um parlamentar ao órgão – que passa a chamar-se Conselho de Ética e Decoro Parlamentar Senador Jefferson Péres – causou “algum estranhamento”. Mas o novo nome do órgão, observou, poderá estimular os seus integrantes a sempre buscarem a “decisão correta”.

– É impressionante ver que, por onde ando neste país, todos dizem que Jefferson Péres vai fazer falta. Eu tinha uma

inveja grande dele, mas uma inveja não pecaminosa, e sim uma inveja cristã. Ele dizia em cinco minutos o que eu precisaria de uma hora para falar – disse Simon, em tom emocionado.

O presidente da CE, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), pediu para deixar momentaneamente a condução dos trabalhos, a fim de registrar o seu próprio voto favorável ao projeto. O senador Renato Casagrande (PSB-ES) frisou que a comissão estava prestando uma “justa homenagem” a Jefferson Péres. Por sua vez, a senadora Marina Silva (PT-AC) – que relatou ter sido eleita juntamente com o homenageado – observou que a inovação de dar o nome de um senador ao conselho tem “muita força simbólica”.

O exemplo de condução ética de Jefferson Péres também foi ressaltado pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Romeu Tuma (PTB-SP) e Papaléo Paes (PSDB-AP). Augusto Botelho (PT-RR) recordou as críticas feitas pelo então senador ao voto secreto, em Plenário, para questões ligadas à ética e ao decoro parlamentar.



Cristovam preside reunião que aprovou homenagem ao senador morto em maio

Adiada a votação sobre escolha de diretor de escola pública

Após muito debate, foi adiada a votação, em turno suplementar, do projeto de lei da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) que institui a eleição direta para diretores de escolas públicas. A relatora da proposta (PLS 344/07), senadora Fátima Cleide (PT-RO), vai analisar novas emendas apresentadas antes que o texto seja submetido a nova votação.

O texto que seria votado era um substitutivo de Fátima Cleide ao projeto original. De acordo com o substitutivo, os diretores seriam escolhidos por eleições diretas, entre profissionais de educação, para mandatos de até dois anos, com direito a uma reeleição. Os candidatos deveriam receber capacitação em gestão educacional.

O debate começou quando Flexa Ribeiro (PSDB-PA) relatou ter recebido pedidos de organizações representativas e de professores e diretores de escolas de São Paulo para

modificação da proposta. Nesse estado, como já havia sido discutido em reunião anterior da comissão, os diretores são escolhidos por meio de concurso público. Cristovam disse que o texto – tal como se encontrava – permitiria que se implantasse o mecanismo da eleição direta, mesmo respeitando a realidade de São Paulo.

Logo em seguida, no entanto, quatro senadores – Marina Silva (PT-SP), Gerson Camata (PMDB-ES), Renato Casagrande (PSB-ES) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) – defenderam uma solução negociada que permita, de forma explícita, a manutenção da experiência paulista. O senador Romeu Tuma (PTB-SP) reapresentou emenda de sua autoria que prevê a possibilidade de escolha dos diretores por meio de concurso público. Fátima Cleide pediu, então, que o projeto fosse retirado de pauta para que pudesse apresentar um novo texto.

Projeto aprovado ontem pela CMA estabelece que a fixação da preferência pelo material reciclado precisa levar em conta sua disponibilidade no mercado

Licitação do governo deve priorizar o papel reciclado

O PODER PÚBLICO deverá priorizar o papel reciclado nas licitações para compra de material de expediente, segundo estabelece projeto aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta vai agora a votação terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Coube ao senador César Borges (PR-BA) ler o parecer favorável, elaborado pelo relator, Flávio Arns (PT-PR). Conforme a proposta, a fixação da prioridade deverá levar em conta a disponibilidade, no mercado, do material em quantidade e qualidade necessárias.

De acordo com o projeto, a determinação não se aplica a livros, periódicos e similares adquiridos ou produzidos pela administração pública.

Em defesa da sua proposição, Paulo Paim argumenta que “são necessárias normas que estabeleçam que o poder público utilizará papéis reciclados de maneira a promover o desenvolvimento sustentável e diminuir o uso dos recursos



Gerardo Magela



Gerardo Magela

Proposta de Paim, cujo parecer foi lido por César Borges, será votada agora pela CCJ, em caráter terminativo

naturais”. O parlamentar lembra que são poupadas de 15 a 20 árvores por cada tonelada de papel reciclado.

A CMA aprovou ainda uma indicação para a elaboração de um estudo de medidas legislativas que visem à redução dos impactos da ação humana sobre o meio ambiente. Esse documento deverá ser produzido em conjunto pela Subcomissão Permanente de Aquecimento Global e pela Subcomissão Temporária sobre o Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Fórum das Águas

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), anunciou que a Subcomissão

Temporária sobre o Fórum das Águas das Américas e sobre o Fórum Mundial da Água reúne-se na próxima semana. Na pauta do debate, a definição dos temas que o Brasil levará para um dos debates preparatórios do 5º Fórum Mundial da Água. Essa discussão preliminar, que terá como tema “Água e Clima”, acontecerá entre os dias 8 e 11 de setembro, na cidade de Montevidéu. A subcomissão é presidida pela senadora Marina Silva (PT-AC).

Jornal do Senado inova ao usar reciclado

A partir do dia 25, a edição semanal do *Jornal do Senado*, publicada às segundas-feiras, passa a ser produzida com papel reciclado. Diferente da versão diária, que reflete mais diretamente todas as

atividades do Plenário e das comissões, a edição semanal faz uma abordagem aprofundada de temas específicos em debate no Senado e no país.

Na versão semanal circulam cadernos especiais, que tra-

zem assuntos como a edição presumida da Abolição da Escravatura, o diagnóstico da educação brasileira, propostas relacionadas à infra-estrutura nacional e o Parlamento do Mercosul.

Comissão exalta conquista de medalha por judoca de Brasília

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem voto de louvor à judoca brasileira Katelyn Quadros, a primeira atleta brasileira a obter, em Olimpíadas, uma medalha – a de bronze – em prova individual. A iniciativa foi do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que preside o colegiado.

Na mesma reunião, a CE acolheu projeto de lei (PLC 28/06) que dá ao aeroporto da capital do Amapá o nome de Aeroporto Internacional de Macapá Alberto Alcolumbre. O projeto vai agora ao Plenário.

A CE aprovou ainda projeto da Câmara (PLC 34/08) que institui o dia 16 de setembro

como o Dia Nacional do Caminhoneiro. A data já é comemorada de modo informal.

O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), destacou a importância dos caminhoneiros para o fortalecimento da economia brasileira, incluindo aí os transportadores de carga e de bens, os autônomos, os proprietários e os empregados. Romeu Tuma (PTB-SP) e Augusto Botelho (PT-RR) também elogiaram a proposta, que vai agora à deliberação do Plenário.

Foi aprovado também projeto (PLC 69/08) que cria o Dia do Vaqueiro Nordestino, a ser comemorado no terceiro domingo do mês de julho.



Nudim-Projeto Beijing/Flickr

Katelyn Quadros conquistou bronze nos Jogos de Pequim

21 de abril pode ser o Dia da Segurança Pública

Projeto que institui o Dia Nacional da Segurança Pública, a ser comemorado em 21 de abril, foi aprovado pela Comissão de Educação. A proposta (PLC 40/08), relatada pelo senador Romeu Tuma (PTB-SP), será ainda examinada em Plenário.

Tuma ressaltou que 21 de abril já é Dia de Tiradentes, considerado o Patrono da Polícia e que a sociedade brasileira sente-se insegura e não acredita nas instituições públicas do país.

A comissão aprovou também projeto que denomina o aeroporto de Marabá (PA) “Aeroporto Marabá/Pará – João Correa da Rocha”. A proposta (PLC 75/08) foi relatada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e ainda será examinada em Plenário.

Flexa Ribeiro informou que o empresário e jornalista João Correa da Rocha nasceu no Maranhão, em 1903, e mudou-se para Marabá, em 1941. Nessa cidade, dedicou-se às causas comunitárias e ao desenvolvimento da região, até falecer, em 1994.



Conselho da TV Brasil: Ana Luiza Saibro representa o Legislativo

Consultora do Senado no conselho da EBC

Indicada pelo presidente Garibaldi Alves, a consultora do Senado Ana Luiza Fleck Saibro tomou posse na tarde de ontem como membro do Conselho Curador da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), que compreende a TV Brasil. Ana Luiza é bacharel em Jornalismo e Letras/Tradução e Intérprete pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestre em Media and Communications pela London School of Economics, na Inglaterra.

Com cerca de 20 anos de trabalho na área de comunicação, ela defende a existência de rádio e televisão públicos como forma de corrigir as distorções da economia do setor que, observou, favorece a concentração de empresas e o oligopólio, dificultando a livre competição.

– A economia da indústria da comunicação é um mercado imperfeito, em que a livre competição é praticamente impossível devido à economia de escala que limita a entrada de novos operadores – disse Ana Luiza.

Para a consultora, o desenvolvimento tecnológico da televisão brasileira gerou a centralização da produção no Sudeste e a conseqüente hegemonia cultural da região.

– O que não é dessa região – cultura, linguagem, teatro, cinema, música etc. – ficou relegado a segundo plano na TV privada brasileira. Por isso, a TV pública deve ter a missão de promover as múltiplas identidades e culturas regionais – concluiu.

Durante homenagem em Plenário requerida por Garibaldi, senadores destacam papel da instituição, fundada na gestão de José Sarney na Presidência da República para qualificação profissional dos servidores públicos

Plenário comemora 20 anos da Escola Nacional de Administração Pública

UMA HOMENAGEM AOS 20 anos de funcionamento da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) foi realizada ontem em Plenário, por requerimento do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

A escola, atualmente vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foi criada no governo do ex-presidente José Sarney, hoje senador pelo PMDB do Amapá, que compôs a Mesa durante a homenagem, juntamente com o secretário-executivo adjunto do ministério, Francisco Gaetani; a presidente da Enap, Helena

Kerr do Amaral; a desembargadora e diretora da Escola de Administração Judiciária da 9ª Região, Rosemarie Pimpão; e a ex-deputada federal Ana Catarina Alves, filha de Aluizio Alves, ministro extraordinário da Administração à época da criação da Enap.

Em seu discurso, Sarney lembrou que a escola foi criada durante a transição do regime militar para o democrático. O senador disse que a instituição encontra-se hoje em um estágio bastante significativo e ressaltou o papel de Aluizio Alves na formação da Enap. Se-

gundo Sarney, a troca de idéias com o então ministro sobre a necessidade de uma reforma administrativa no Brasil acabou por favorecer o surgimento da entidade.

Por sua vez, Garibaldi afirmou que a escola vem se destacando na qualificação de mão-de-obra de excelência para os servidores da administração pública.

– Acredito que, se não foi realizada até agora uma reforma administrativa em profundidade, a Enap se encarregou de fazer sua parte, formando servidores públicos à altura do desafio desta nação – frisou.



Garibaldi, Gaetani, Ana Catarina e Rosemarie durante pronunciamento de Sarney (D)

Garibaldi: Enap é referência na formação de servidores

Para Garibaldi Alves, que presidiu a sessão realizada ontem em homenagem à Enap, o órgão vem se constituindo num grande esteio de formação dos funcionários públicos, sobretudo os de carreira.

Garibaldi ressaltou o trabalho do então presidente da República, José Sarney, e do então ministro extraordinário da Administração, Aluizio Alves – tio de Garibaldi –, que, segundo o presidente do Senado, viabilizaram a criação da Enap, “algo que vai ficar para a história administrativa e política deste país”.

– Diz-se muito que nós só teremos uma burocracia estável, a exemplo de outros países, quando tivermos um regime parlamentarista, que favorece a consolidação de uma burocracia estável. Como não sabemos, no

horizonte político do Brasil, se o parlamentarismo terá a sua hora, temos que fazer avançar o trabalho dessa escola – afirmou.

A instituição, disse o senador, precisa fazer com que não se diga mais “que existem apenas ilhas de excelência em órgãos como o Itamaraty ou o Ministério da Fazenda”.

– Ficamos sempre a desejar que essas ilhas possam se constituir num imenso continente. Devemos fazer com que a administração pública federal possa ter um padrão de excelência de todos os seus órgãos, e não apenas de alguns privilegiados, e a Enap tem esse papel. A instituição precisa continuar a ser prestigiada. O governo federal deve, na verdade, conferir à Enap as prerrogativas de formação, de qualificação dos servidores federais – opinou.

Congratulações aos funcionários da instituição

O senador Geovani Borges (PMDB-AP) lembrou que o primeiro vestibular da Escola Nacional de Administração Pública foi a primeira iniciativa de formação de quadros de alto nível, especificamente voltados para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, direção e assessoramento nos escalões superiores da administração federal brasileira.

Para Jefferson Praia (PDT-AM), a Enap representa o símbolo de uma “nova era” na administração pública do país, pautada pelo profissionalismo e pela excelência na gestão do patrimônio público.

Por sua vez, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) saudou os funcionários da Enap e disse que a entidade deve estar preparada para pensar e formular com excelência o domínio da atividade administrativa.

Em seu pronunciamento, Eduardo Suplicy (PT-SP) prestou homenagem aos servidores da instituição, em especial a Helena Kerr do Amaral, que foi sua assistente na Escola de Administração de Empresas de São Paulo, nos anos 70. Suplicy ainda hoje leciona na Enap.

Os funcionários também foram saudados pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que destacou o papel da entidade na melhoria da administração pública do país.

Objetivo é desenvolver competências

Criada pelo então presidente José Sarney e vinculada ao Ministério do Planejamento, a Enap tem a missão de desenvolver competências de servidores públicos para aumentar a qualidade da gestão das políticas públicas.

O primeiro curso da instituição foi ministrado em 1988 e hoje oferece cursos presenciais e a distância. Em seu requerimento de homenagem à Escola de Administração, Garibaldi lembra que ela foi criada em 1986 à semelhança da instituição francesa École Nationale D'Administration e tornou-se um centro de excelência no recrutamento e formação de servidores públicos federais.

Acerto

“A carreira formada quando da criação da Enap – a de especialistas em políticas públicas e gestão governamental – tem sido acerto dos governantes que nela apostaram. Como exemplo, podemos mencionar que por diversas vezes os postos de ministro interino, secretário-executivo de ministério e secretário de ministério, entre outros importantíssimos cargos, foram ou são ocupados pelos chamados gestores governamentais”, afirma Garibaldi no requerimento. Para o senador, a Enap é um exemplo de instituição pública, ao lado de outros centros de formação como o Instituto Rio Branco, a Escola Superior de Administração Fazendária (Esaf), a Escola Superior de Guerra (ESG), a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), a Escola Naval e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves • César Borges • Augusto Botelho • José Nery

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo:

Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e

Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Foto de Gerardo Mingella

Para senador, concurso é solução para fim de convênio com a OAB-SP

Suplicy pede mais defensores públicos para SP

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou ontem que o governo de São Paulo realize urgentemente um concurso para defensores públicos, tendo em vista que, há cerca de um mês, chegou ao fim o convênio firmado entre a seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) e a Defensoria Pública estadual.

A não renovação desse convênio levou a uma crise entre as duas instituições, cujo motivo seria o reajuste de 5,84% pedido pela OAB-SP, superior ao índice de inflação.

– Não existe explicação técnica ou social para que a Defensoria Pública de São Paulo tenha gasto, em 2008, R\$ 272 milhões em convênio com a OAB e R\$ 75 milhões com sua própria estrutura, especialmente se levarmos em consideração que o número de processos atendidos pelo convênio foi de um milhão, enquanto, no mesmo período, a Defensoria Pública estadual conduziu 850 mil – disse o senador.

Suplicy informou que o estado de São Paulo conta com 400 defensores para uma população de 40,5 milhões de habitantes – o equivalente a um defensor para 101 mil habitantes.

Ele assinalou que o convênio com a OAB não passava de um paliativo, tendo a Defensoria solicitado à OAB-SP acesso à lista de advogados cadastrados para o trabalho (47 mil nomes) para que pudesse distribuir entre eles os casos e controlar melhor as informações.

O senador disse ainda que, atendendo a pedido da Associação Paulista de Defensores Públicos, o governador de São Paulo, José Serra, concordou com a criação de 400 novos cargos, por meio de concurso público, nos próximos quatro anos. Para que isso ocorra, o governador encaminhará nos próximos dias à Assembléia Legislativa do estado uma mensagem propondo a realização do concurso.

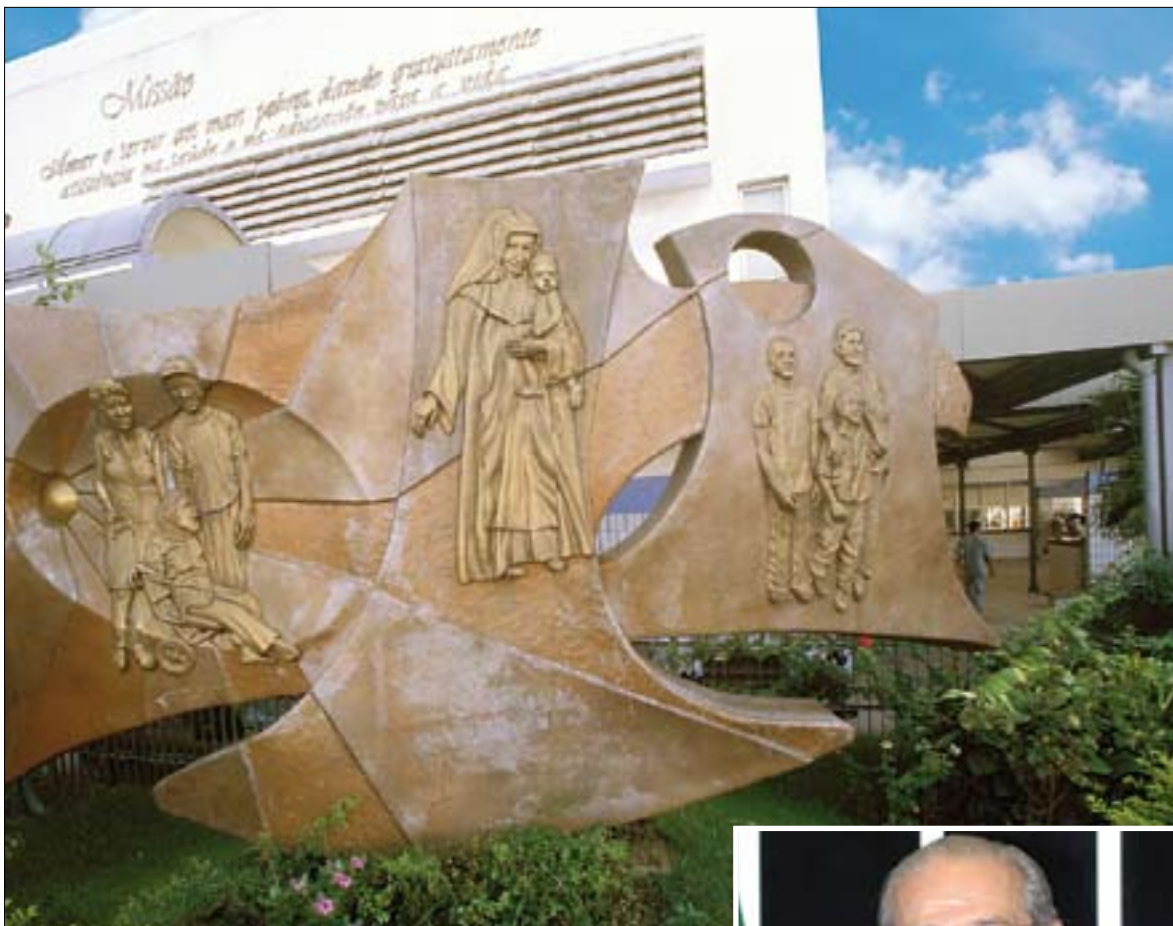
Senador pede reajuste de pelo menos 14,2% nos repasses do SUS a instituição que atende a 4 mil pessoas de toda a Bahia por dia, mas enfrenta déficit que chegou a quase R\$ 3 milhões no primeiro semestre deste ano

César Borges adverte que Hospital Irmã Dulce corre risco de fechar

O HOSPITAL IRMÃ Dulce, de Salvador, pode fechar por falta de dinheiro, advertiu César Borges (PR-BA), acrescentando que a instituição é “o último refúgio dos pobres quando têm problemas de saúde”. Segundo o senador, o governo federal e a administração da Bahia “sabem dos problemas e ainda não tomaram providências”. O hospital, mantido pela entidade Obras Sociais Irmã Dulce, atendeu nos últimos anos a milhões de pessoas.

César Borges leu trechos de notícia do jornal *Tribuna da Bahia* informando que o déficit do hospital chegou a quase R\$ 3 milhões no primeiro semestre deste ano e pode levá-lo ao fechamento de portas, o que fará com que deixe de atender, por dia, a grande número de pessoas de Salvador e do interior do estado. Um dos caminhos para ajudar a superar a crise, segundo o senador, é um reajuste nos repasses que o Ministério da Saúde faz anualmente ao hospital. Desde 2006, o governo não reajusta o valor de R\$ 4,2 milhões – previsto para ser o mesmo em 2008 – e a superintendente da entidade reivindica um aumento de pelo menos 14,2%.

– Esse percentual é menor que os 22% de reajuste que



Fachada do hospital, em Salvador: César Borges (D) diz que governos federal e estadual sabem da falta de recursos, mas ainda não tomaram providências

a Agência Nacional de Saúde autorizou para os dois maiores planos de saúde privados do país. Faço um apelo ao governo para que examine com rapidez o caso. A entidade é o maior complexo 100% SUS [Sistema Único de Saúde] no Brasil.

Trabalho incansável

O senador observou ainda que a instituição Obras Sociais Irmã Dulce está entre “os símbolos mais caros para a

Bahia e os baianos”, lembrando que Irmã Dulce está em processo de beatificação e chegou a ser indicada ao Prêmio Nobel da Paz por seu “trabalho incansável pelos mais pobres”.

Em aparte, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) advertiu que o fechamento do Hospital Irmã Dulce irá sobrecarregar todo o sistema de saúde da Bahia.



Moreira Mariz

Renan cobra aprovação rápida da MP da dívida agrícola

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) fez um apelo em Plenário ontem para que a Casa vote rapidamente a Medida Provisória 432/08, que renegocia R\$ 75 bilhões do saldo devedor dos agropecuaristas brasileiros, o que representa 85,7% do total da dívida, avaliada em R\$ 87,5 bilhões.

Segundo o senador, a rápida definição das regras de repactuação permitirá aos agricultores tirarem seus nomes de cadastros de inadiaplência e obterem os recursos necessários para a nova safra.

– A medida chega num momento estratégico, em que o preço dos alimentos está ameaçando a inflação – disse.

Renan cobrou do governo a chamada equalização – mecanismo para compensar a diferença entre a taxa de juros dos empréstimos e a da captação de recursos no mercado financeiro. Segundo ele, as renegociações de dívidas agrícolas existem em razão da falta de um programa de financiamento, em condições viáveis, ao setor.

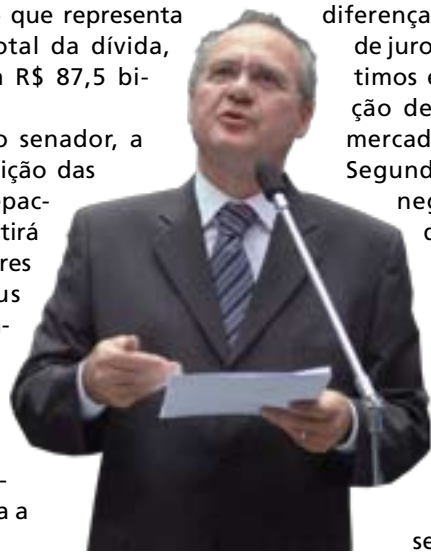


Foto de Leopoldo Silva

Senadores festejam projeto de reconstrução do prédio da UNE

A assinatura de projeto de lei propondo a reconstrução da sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), no Rio de Janeiro, foi comemorada por Eduardo Suplicy e Inácio Arruda (PCdoB-CE) – foto.

O projeto foi assinado ontem pelo presidente Lula, em

cerimônia na capital fluminense à qual Inácio Arruda esteve presente, e será encaminhado ao Congresso.

O prédio da UNE foi destruído em 1964, durante a ditadura militar. Pela proposta, o Estado reconhece sua responsabilidade pela destruição e se compromete a indenizar a entidade. Os recursos devem ser usados na reconstrução do edifício.

– Destruíram o prédio, mas nunca conseguiram abalar a UNE, a instituição brasileira que mais mobilizou a sociedade em torno do projeto de desenvolvimento nacional – disse Inácio.

Eduardo Suplicy acrescentou que a União Nacional dos Estudantes “sempre se destacou em memoráveis jornadas, como a luta pela Anistia e o movimento Diretas Já”.



Foto de José Cruz

Senador comemora licença para instalação da hidrelétrica de Santo Antônio e a assinatura, no Planalto, do contrato de concessão da usina de Jirau

Wilson Dantas/ABr



As duas obras que serão construídas no rio Madeira garantirão energia para o desenvolvimento do país, diz parlamentar

Raupp: "Rondônia já vive euforia com hidrelétricas"

VALDIR RAUPP (PMDB-RO) comemorou ontem a licença para instalação da usina de Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, emitida segunda-feira pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Segundo o senador, a licença significa que o consórcio vencedor do leilão "já pode instalar o seu canteiro de obras e começar a trabalhar".

O parlamentar informou que Santo Antônio irá gerar 15 mil empregos diretos e outros 15 mil de forma indireta, e que Rondônia "já vive a euforia dos investimentos", com a previsão de crescer em dez anos por conta das obras de hidrelétricas no rio Madeira. Ele destacou que, em razão do empreendimento, o comércio e a construção civil do estado vivem momentos

"nunca vistos".

Raupp também festejou a assinatura ontem, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do contrato de concessão da segunda usina do Madeira – a de Jirau. Conforme o senador, o rio terá pelo menos outras duas hidrelétricas, inclusive na parte mais próxima à Bolívia.

– O rio Madeira vai garantir energia elétrica para sustentar o desenvolvimento brasileiro nos próximos anos – observou o parlamentar.

Valdir Raupp adiantou que, mesmo com a instalação das hidrelétricas, continuará lutando pela construção do gasoduto que levará o combustível dos poços de Urucu (AM) até Porto Velho. Disse ainda que a capital de Rondônia será interligada ao sistema nacional de eletricidade dentro de dois anos e, por isso,



Gerardo Maggela

Valdir Raupp anuncia que continuará lutando por gasoduto para Porto Velho

há quem entenda que o gás de Urucu deve ir apenas para Manaus, visando movimentar termoelétricas. O senador lembrou, no entanto, que existe um projeto para interligar a capital amazonense ao sistema da hidrelétrica de Tucuruí.

Mozarildo destaca importância do advogado

Ao lembrar o Dia do Advogado e o aniversário de criação dos cursos jurídicos no país, comemorado na segunda-feira, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ressaltou a importância da carreira jurídica para o futuro da democracia brasileira, que, segundo ele, passa por um momento delicado. O senador registrou que, desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo, o Poder Judiciário tem sido alvo de ataques frequentes de setores do Poder Executivo.

– O próprio presidente Lula disse que o Judiciário tem uma "caixa preta" que precisa ser aberta. Aqui e acolá um ministro faz críticas a um membro do Judiciário. Até o ministro da Justiça de repente começa a dar palpites – afirmou o senador em discurso ontem no Plenário.

Mozarildo ainda acrescentou que o presidente Lula criticou o Poder Judiciário quando o ministro Marco Aurélio Mello, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, manifestou sua opinião sobre atitudes do



Moreira Moriz

Para Mozarildo Cavalcanti, Poder Judiciário é essencial à democracia

presidente da República, que, segundo o ministro, estariam interferindo no processo eleitoral. Na ocasião, Lula declarou que seria bom que o Judiciário "metesse o nariz apenas em suas coisas".

Na opinião do senador, o Judiciário deve "dar pitaco" mesmo em todos os outros Poderes, pois é a instituição que resolve as questões quando não há clareza sobre os limites da atuação de cada um. Mozarildo lembrou que a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos só foi

Expedito Júnior cobra da Câmara votação de PEC sobre servidores

O senador Expedito Júnior (PR-RO) cobrou ontem, da Câmara dos Deputados, a votação da proposta de emenda à Constituição que transfere servidores públicos do ex-território federal e atual estado de Rondônia para a folha de pagamentos da União. Ele explicou que a PEC 483/05, de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO), busca dar a Rondônia o mesmo tratamento dispensado aos ex-territórios do Amapá e de Roraima.

De acordo com informação publicada no site de Fátima Cleide, a PEC foi aprovada em comissão especial da Câmara em dezembro último e está pronta para ser incluída na pauta do Plenário daquela Casa. A matéria, entretanto, não foi colocada em votação pelo presidente Arlindo Chinaglia, nem mesmo depois, segundo Expedito Júnior, de os líderes partidários no Senado terem assinado requerimento pedindo para que o presidente do Senado, Garibaldi Alves, dialogasse a respeito com o deputado.

– É uma pouca-vergonha o que está acontecendo. Eu vejo aqui alguns senadores brigando pelo projeto da aposentadoria, que foi votado nesta Casa e que também se encontra paralisado na Câmara. A PEC dos servidores de Rondônia está paralisada no gabinete ou nas gavetas do presidente Arlindo Chinaglia – protestou Expedito.

O senador voltou a apelar a Garibaldi Alves para que entre em entendimento sobre o assunto com o presidente da Câmara.

– Vossa excelência tem demonstrado ser extremamente parceiro nosso. Eu faria esse apelo, para que a proposta de emenda constitucional fosse votada, pedindo até pelo amor de Deus, sr. presidente. É a salvação do nosso estado. É um estado pequeno e nós não queremos estar de pires na mão pedindo



Gerardo Maggela

"Proposta está nas gavetas de Arlindo Chinaglia", protesta Expedito

nada para ninguém – afirmou o representante de Rondônia.

Boi-bumbá

Expedito Júnior também cumprimentou a cidade de Guajará-Mirim (RO) pela realização, no último fim de semana, do festival folclórico com os bois-bumbás Flor-do-Campo e Malhadinho, que reuniu entre 10 mil e 15 mil pessoas. Na opinião do senador, a festa rivaliza com o célebre folguedo realizado na cidade amazonense de Parintins.

– Infelizmente, falta ainda muita estrutura para que o município de Guajará-Mirim possa receber todos aqueles apaixonados pela cultura e pela festa dos bois-bumbás. Apesar da dificuldade financeira, há de ser reconhecido o grande trabalho que faz a população e principalmente as associações dos bois Malhadinho e Flor-do-Campo – ressaltou.

O senador elogiou igualmente "o grande trabalho que vem sendo feito no município de Rolim de Moura" pela administração da prefeita Mileni Mota. Segundo ele, durante o mandato foram investidos praticamente R\$ 31 milhões em recursos do estado, da União, do governo federal e do próprio município.

Flexa Ribeiro comemora a criação do Instituto Alerta Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comemorou ontem a criação do Instituto Alerta Pará, que reúne entidades empresariais e lideranças do setor privado. A organização, disse, tem o objetivo de promover, de forma sustentável, o desenvolvimento econômico e social do estado.

Segundo o parlamentar, a entidade surgiu a partir da experiência do Movimento Alerta Pará, por meio do qual empresários paraenses, "inconformados com a passividade do governo estadual" frente às invasões de movimentos sociais na Estrada de Ferro Carajás, cobraram "uma melhor atuação das autoridades locais".

Flexa Ribeiro destacou a presença, na apresentação do Instituto Alerta Pará, ocorrida na sede da Federação da Agricultura, em Belém, do minis-



Gerardo Maggela

Objetivo é o desenvolvimento do estado, segundo Flexa Ribeiro

tro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, além de diretores do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

O senador falou também das vantagens do óleo de dendê na produção de biodiesel em áreas degradadas.